

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	22
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	23

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2014	Dividendo	15/05/2014	Ordinária		0,56576
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2014	Dividendo	15/05/2014	Preferencial		0,62233
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2014	Dividendo	26/05/2014	Ordinária		0,63584
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2014	Dividendo	26/05/2014	Preferencial		0,69942
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2014	Dividendo	25/09/2014	Ordinária		0,97510
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2014	Dividendo	25/09/2014	Preferencial		1,07262

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.014.888	4.073.242
1.01	Ativo Circulante	695.216	762.943
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.123	108.409
1.01.02	Aplicações Financeiras	198.746	347.410
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	198.746	347.410
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	198.746	347.410
1.01.03	Contas a Receber	328.125	279.085
1.01.03.01	Clientes	36.911	50.731
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	36.911	50.731
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	291.214	228.354
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	291.214	228.354
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.140	23.970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.140	23.970
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	79.237	9.005
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	16.903	14.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.155	2.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.927	1.990
1.01.08.03	Outros	44.927	1.990
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.406	485
1.01.08.03.03	Outros Créditos	43.521	1.505
1.02	Ativo Não Circulante	3.319.672	3.310.299
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.161	96.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	88.161	96.404
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-12.609
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	5.140	6.476
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	82.173	89.137
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.666	12.609
1.02.02	Investimentos	3.860	3.907
1.02.02.01	Participações Societárias	3.860	3.907
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.860	3.907
1.02.03	Imobilizado	3.149.177	3.130.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.784.217	2.829.238
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	333	266
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	364.627	300.977
1.02.04	Intangível	78.474	79.507
1.02.04.01	Intangíveis	78.474	79.507
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	41.034	43.043
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	37.440	36.464

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.014.888	4.073.242
2.01	Passivo Circulante	1.196.968	892.729
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	784	946
2.01.02	Fornecedores	509.995	104.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	509.995	104.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	296.892	396.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	296.355	395.660
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	287.412	387.708
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.943	7.952
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	212	228
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	325	541
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.478	320.167
2.01.04.02	Debêntures	339.299	319.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	179	206
2.01.05	Outras Obrigações	37.893	59.206
2.01.05.02	Outros	37.893	59.206
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.820	21.438
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	17.482	15.652
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.457	10.937
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	5.134	11.179
2.01.06	Provisões	11.926	11.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.926	11.167
2.01.06.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	11.926	11.167
2.02	Passivo Não Circulante	1.378.447	1.396.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	796.116	796.509
2.02.01.02	Debêntures	795.926	796.389
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	190	120
2.02.02	Outras Obrigações	7.589	1.804
2.02.02.02	Outros	7.589	1.804
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	533	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	6.784	1.362
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	157	362
2.02.02.02.11	Outras Obrigações	115	80
2.02.03	Tributos Diferidos	518.155	541.616
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	518.155	541.616
2.02.04	Provisões	56.587	56.775
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.587	56.775
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	56.587	56.775
2.03	Patrimônio Líquido	1.439.473	1.783.809
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.146	254.083
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.782	1.719
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	267.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	226.095
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-66.275	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.001.135	1.053.164
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.795	1.795

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	803.979	2.318.213	616.488	1.797.255
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-914.764	-1.485.331	-264.218	-772.272
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-795.615	-1.117.938	-135.483	-401.029
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-26.329	-73.205	-22.872	-67.209
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.251	-3.753	-1.289	-3.866
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-5.321	-30.924	-16.988	-46.494
3.02.07	Pessoal e Administradores	-19.541	-56.299	-19.851	-56.802
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-598	-1.783	-1.095	-3.273
3.02.09	Serviços de Terceiros	-18.187	-62.886	-20.102	-55.228
3.02.10	Material	-1.164	-3.821	-1.387	-3.114
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	0	0	1.777
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	-1.290	-2.720	921	-352
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.076	-122.013	-40.948	-122.865
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.392	-9.989	-5.124	-13.817
3.03	Resultado Bruto	-110.785	832.882	352.270	1.024.983
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2	-48	-17	25
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2	-48	-17	25
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-110.787	832.834	352.253	1.025.008
3.06	Resultado Financeiro	-15.807	-36.500	-11.518	-38.469
3.06.01	Receitas Financeiras	15.638	38.016	11.987	25.105
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.445	-74.516	-23.505	-63.574
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.282	-73.788	-22.766	-59.822
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-3.163	-728	-739	-3.752
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-126.594	796.334	340.735	986.539
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	42.970	-270.849	-115.997	-335.546
3.08.01	Corrente	36.836	-287.346	-122.744	-358.500
3.08.02	Diferido	6.134	16.497	6.747	22.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-83.624	525.485	224.738	650.993

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,20925	1,31492	0,56236	1,62898
3.99.01.02	PN	-0,23018	1,44641	0,61860	1,79188
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,20254	1,27277	0,54433	1,57676
3.99.02.02	PN	-0,22280	1,40004	0,59877	1,73443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993
4.03	Resultado Abrangente do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	836.546	607.840
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	706.951	808.984
6.01.01.01	Lucro líquido do período	525.485	650.993
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	122.013	122.865
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.009	2.009
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	626	3.606
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-1.777
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	2.720	352
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	95.614	69.900
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	1.286	2.798
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-26.199	-18.190
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	0	89
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-16.497	-22.954
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	63	200
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	48	-25
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-217	-882
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	654.456	277.058
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	13.820	-11.107
6.01.02.02	Serviços Prestados e Devedores Diversos	-928	-1.052
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-62.860	-19.239
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-70.671	-52.637
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-1.938	-13.874
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.076	-1.753
6.01.02.07	Adiantamento de Juros de Debêntures	-7.130	-10.996
6.01.02.08	Outros Créditos	-42	1.264
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-162	-737
6.01.02.10	Fornecedores	405.155	-38.980
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	348.988	405.738
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	3.866	3.610
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	29.589	20.197
6.01.02.14	Obrigações Estimadas	1.625	-1.150
6.01.02.15	Pesquisa e Desenvolvimento	6.038	-1.880
6.01.02.16	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-2.081	-609
6.01.02.17	Outras Obrigações	-6.010	979
6.01.02.18	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-753	-716
6.01.02.20	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	26	0
6.01.03	Outros	-524.861	-478.202
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-75.577	-41.380
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-449.284	-436.822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.907	-170.416
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-141.488	-112.548
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.737.711	-1.587.024
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.848.525	1.527.585
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	1.550	689

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	217	882
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-892.925	-474.658
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	300.000	996.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-888.502	-665.743
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.107	-3.613
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-299.969	-797.971
6.03.05	Custo de Empréstimos	-1.149	-3.097
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-198	-234
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-85.286	-37.234
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.409	89.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.123	52.045

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	-226.095	-643.789	0	-869.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-226.095	0	0	-226.095
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-643.789	0	-643.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	525.485	0	525.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	525.485	0	525.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.029	-52.029	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	78.833	-78.833	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.804	26.804	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.146	41.445	-66.275	1.002.930	1.439.473

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	200	-181.875	-461.879	0	-643.554
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	200	0	0	0	200
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-181.875	0	0	-181.875
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-461.879	0	-461.879
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	650.993	0	650.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	650.993	0	650.993
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	53.281	-53.281	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	80.730	-80.730	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.449	27.449	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.044	41.445	242.395	1.067.934	1.813.045

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	2.484.447	1.906.226
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.483.215	1.904.079
7.01.02	Outras Receitas	1.232	370
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.319.308	-583.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.240.709	-511.753
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.707	-58.342
7.02.04	Outros	-11.892	-13.208
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-11.892	-13.208
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.165.139	1.322.923
7.04	Retenções	-122.013	-122.865
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.013	-122.865
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.043.126	1.200.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.968	25.130
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-48	25
7.06.02	Receitas Financeiras	38.016	25.105
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.081.094	1.225.188
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.081.094	1.225.188
7.08.01	Pessoal	48.672	51.830
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.490	45.845
7.08.01.02	Benefícios	1.783	3.283
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.399	2.702
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	431.655	458.072
7.08.02.01	Federais	430.244	456.014
7.08.02.02	Estaduais	1.396	2.048
7.08.02.03	Municipais	15	10
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.282	64.293
7.08.03.01	Juros	74.516	63.574
7.08.03.02	Aluguéis	766	719
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	525.485	650.993
7.08.04.02	Dividendos	643.789	461.879
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-118.304	189.114

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.014.912	4.073.265
1.01	Ativo Circulante	696.100	763.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.127	108.420
1.01.02	Aplicações Financeiras	199.600	348.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	199.600	348.307
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	199.600	348.307
1.01.03	Contas a Receber	328.125	279.085
1.01.03.01	Clientes	36.911	50.731
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	36.911	50.731
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	291.214	228.354
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	291.214	228.354
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.164	23.988
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.164	23.988
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	79.261	9.023
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	16.903	14.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.156	2.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.928	1.994
1.01.08.03	Outros	44.928	1.994
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.406	489
1.01.08.03.03	Outros Créditos	43.522	1.505
1.02	Ativo Não Circulante	3.318.812	3.309.392
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.161	96.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	88.161	96.404
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-12.609
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	5.140	6.476
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	82.173	89.137
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.666	12.609
1.02.03	Imobilizado	3.152.177	3.133.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.784.217	2.829.238
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	333	266
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	367.627	303.977
1.02.04	Intangível	78.474	79.507
1.02.04.01	Intangíveis	78.474	79.507
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	41.034	43.043
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	37.440	36.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.014.912	4.073.265
2.01	Passivo Circulante	1.196.992	892.752
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	784	946
2.01.02	Fornecedores	510.019	104.831
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	510.019	104.831
2.01.03	Obrigações Fiscais	296.892	396.434
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	296.355	395.665
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	287.412	387.713
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.943	7.952
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	212	228
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	325	541
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.478	320.167
2.01.04.02	Debêntures	339.299	319.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	179	206
2.01.05	Outras Obrigações	37.893	59.207
2.01.05.02	Outros	37.893	59.207
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.820	21.438
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	17.482	15.652
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.457	10.937
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	5.134	11.180
2.01.06	Provisões	11.926	11.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.926	11.167
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	11.926	11.167
2.02	Passivo Não Circulante	1.378.447	1.396.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	796.116	796.509
2.02.01.02	Debêntures	795.926	796.389
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	190	120
2.02.02	Outras Obrigações	7.589	1.804
2.02.02.02	Outros	7.589	1.804
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	533	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	6.784	1.362
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	157	362
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	115	80
2.02.03	Tributos Diferidos	518.155	541.616
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	518.155	541.616
2.02.04	Provisões	56.587	56.775
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.587	56.775
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	56.587	56.775
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.439.473	1.783.809
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.146	254.083
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.782	1.719
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	267.540

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	226.095
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-66.275	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.001.135	1.053.164
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.795	1.795

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	803.979	2.318.213	616.488	1.797.255
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-914.789	-1.485.443	-264.250	-772.373
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-795.615	-1.117.938	-135.483	-401.029
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-26.329	-73.205	-22.872	-67.209
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.251	-3.753	-1.289	-3.866
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-5.321	-30.924	-16.988	-46.494
3.02.07	Pessoal e Administradores	-19.541	-56.299	-19.851	-56.802
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-598	-1.783	-1.095	-3.273
3.02.09	Serviços de Terceiros	-18.210	-62.963	-20.131	-55.300
3.02.10	Material	-1.164	-3.821	-1.387	-3.114
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	0	0	1.777
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	-1.290	-2.720	921	-352
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.076	-122.013	-40.948	-122.865
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.394	-10.024	-5.127	-13.846
3.03	Resultado Bruto	-110.810	832.770	352.238	1.024.882
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-110.810	832.770	352.238	1.024.882
3.06	Resultado Financeiro	-15.784	-36.436	-11.499	-38.331
3.06.01	Receitas Financeiras	15.661	38.080	12.007	25.154
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.445	-74.516	-23.506	-63.485
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.282	-73.788	-22.767	-59.733
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-3.163	-728	-739	-3.752
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-126.594	796.334	340.739	986.551
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	42.970	-270.849	-116.001	-335.558
3.08.01	Corrente	36.836	-287.346	-122.748	-358.512
3.08.02	Diferido	6.134	16.497	6.747	22.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-83.624	525.485	224.738	650.993
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-83.624	525.485	224.738	650.993

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,20925	1,31492	0,56236	1,62898
3.99.01.02	PN	-0,23018	1,44641	0,61860	1,79188
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,20254	1,27277	0,54433	1,57676
3.99.02.02	PN	-0,22280	1,40004	0,59877	1,73443

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-83.624	525.485	224.738	650.993
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-83.624	525.485	224.738	650.993

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	836.500	608.691
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	706.839	808.961
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	525.485	650.993
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	122.013	122.865
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.009	2.009
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	626	3.606
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-1.777
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	2.720	352
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	95.614	69.900
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	1.286	2.798
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-26.263	-18.238
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	0	89
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-16.497	-22.954
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	63	200
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-217	-882
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	654.522	277.931
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	13.820	-11.107
6.01.02.02	Serviços Prestados e Devedores Diversos	-924	-1.058
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-62.860	-19.239
6.01.02.04	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	26	0
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-70.679	-52.637
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	-1.938	-13.864
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.076	-1.753
6.01.02.08	Adiantamento de Juros de Debêntures	-7.130	-10.996
6.01.02.09	Outros Créditos	-42	2.200
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-162	-737
6.01.02.11	Fornecedores	405.162	-39.049
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	348.983	405.739
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	3.866	3.609
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	29.659	20.199
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	1.625	-1.150
6.01.02.16	Pesquisa e Desenvolvimento	6.038	-1.880
6.01.02.17	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-2.081	-609
6.01.02.18	Outras Obrigações	-6.012	979
6.01.02.19	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-753	-716
6.01.03	Outros	-524.861	-478.201
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-75.577	-41.379
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-449.284	-436.822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.868	-171.282
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-141.488	-112.548
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.738.661	-1.587.940
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.849.514	1.527.635
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	1.550	689
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	217	882

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-892.925	-474.658
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	300.000	996.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-888.502	-665.743
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.107	-3.613
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-299.969	-797.971
6.03.05	Custo de Empréstimos	-1.149	-3.097
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-198	-234
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-85.293	-37.249
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.420	89.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.127	52.053

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	-226.095	-643.789	0	-869.821	0	-869.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	0	0	63
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-226.095	0	0	0	0	-226.095
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-643.789	0	0	0	-643.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	525.485	0	525.485	0	525.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	525.485	0	525.485	0	525.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.029	-52.029	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	78.833	-78.833	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.804	26.804	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.146	41.445	-66.275	1.002.930	1.439.473	0	1.439.473

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	200	-181.875	-461.879	0	-643.554	0	-643.554
5.04.01	Aumentos de Capital	0	200	0	0	0	200	0	200
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-181.875	0	0	-181.875	0	-181.875
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-461.879	0	-461.879	0	-461.879
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	650.993	0	650.993	0	650.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	650.993	0	650.993	0	650.993
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	53.281	-53.281	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	80.730	-80.730	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.449	27.449	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.044	41.445	242.395	1.067.934	1.813.045	0	1.813.045

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	2.484.447	1.906.226
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.483.215	1.904.079
7.01.02	Outras Receitas	1.232	370
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.319.410	-583.398
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.240.709	-511.753
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.784	-58.414
7.02.04	Outros	-11.917	-13.231
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-11.917	-13.231
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.165.037	1.322.828
7.04	Retenções	-122.013	-122.865
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.013	-122.865
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.043.024	1.199.963
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.080	25.154
7.06.02	Receitas Financeiras	38.080	25.154
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.081.104	1.225.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.081.104	1.225.117
7.08.01	Pessoal	48.672	51.830
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.490	45.845
7.08.01.02	Benefícios	1.783	3.283
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.399	2.702
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	431.655	458.086
7.08.02.01	Federais	430.244	456.026
7.08.02.02	Estaduais	1.396	2.050
7.08.02.03	Municipais	15	10
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.292	64.208
7.08.03.01	Juros	74.516	63.485
7.08.03.02	Aluguéis	776	723
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	525.485	650.993
7.08.04.02	Dividendos	643.789	461.879
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-118.304	189.114

Comentário do Desempenho



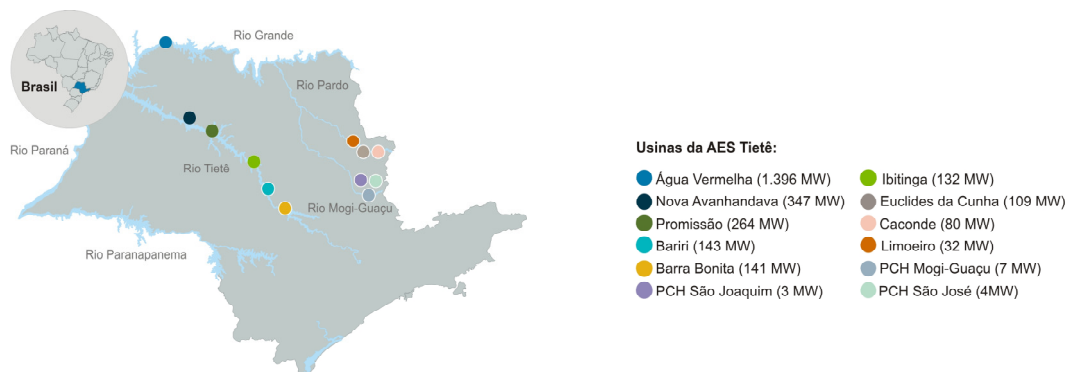
1 Perfil

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada, bem como sua controlada, a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, e tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a Companhia. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.

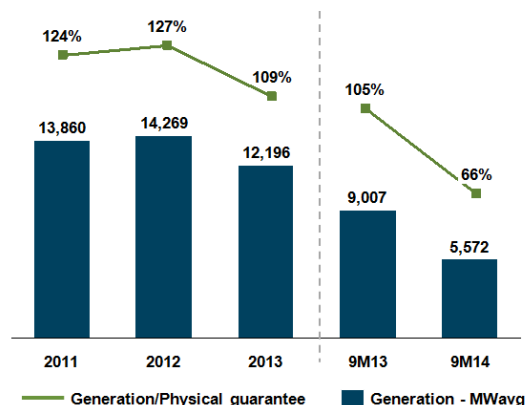


2 Energia gerada

No 9M14, as usinas da Companhia geraram 9.007 GWh de energia, volume 38,1% inferior ao 9M13. A variação é consequência da redução do nível médio de armazenamento dos reservatórios, impactado pelas baixas afluências registradas no 9M14, que resultou na decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado Sudeste/Centro-oeste durante o 9M14, visando a recuperação dos níveis dos reservatórios, fato explicado pelo período atipicamente seco.

Comentário do Desempenho

Energia gerada – GWh



3 Energia faturada

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a energia faturada pela Companhia apresentou redução de 8,6% em comparação ao 9M13. As variações são detalhadas a seguir:

Energia faturada (Consolidado) - GWh	9M14	9M13	Var. GWh	Var. %
Energia Faturada	10.999	12.032	(1.033)	-8,6%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	7.889	8.504	(615)	-7,2%
CCEE	1.556	2.073	(517)	-24,9%
Spot	1.366	401	965	240,6%
MRE	190	1.672	(1.482)	-88,6%
Outros Contratos Bilaterais	1.554	1.455	99	6,8%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 9M14 totalizou 7.889 GWh, representando uma redução de 7,2% em relação a 9M13. Essa variação é justificada pela sazonalidade do contrato, em que os volumes de energia podem oscilar no decorrer do ano.

Ao contrário do verificado em períodos anteriores, o volume de energia faturada por meio da CCEE no 9M14 reduziu 24,9%, devido ao maior volume de venda no mercado spot (sazonalização da garantia física para fins de lastro), compensado pelo menor volume de energia vendida no MRE (88,6%).

Comentário do Desempenho

4 Desempenho econômico-financeiro

	9M14	9M13	Var. R\$	Var. %
Contrato bilateral Eletropaulo	1.569.657	1.582.535	(12.878)	-0,8%
Outros contratos bilaterais	175.717	166.511	9.206	5,5%
CCEE	737.841	155.033	582.808	375,9%
MRE	3.539	19.223	(15.684)	-81,6%
Spot	723.786	93.788	629.998	671,7%
Outros	10.516	42.022	(31.506)	-75,0%
Outras receitas	1.232	370	862	233,0%
Receita operacional bruta	2.484.447	1.904.449	579.998	30,5%
Deduções da receita operacional bruta	(166.234)	(107.194)	(59.040)	55,1%
Receita operacional líquida	2.318.213	1.797.255	520.958	29,0%
Custos e despesas operacionais	(1.485.443)	(772.373)	(713.070)	92,3%
Resultado do serviço	832.770	1.024.882	(192.112)	-18,7%
Resultado financeiro	(36.436)	(38.331)	1.895	-4,9%
Imposto de renda e contribuição social	(270.849)	(335.558)	64.709	-19,3%
Lucro líquido do período	525.485	650.993	(125.508)	-19,3%

Em milhares de reais - Consolidado

4.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no 9M14 apresentou um incremento de R\$520.958 ou 29,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Maior volume de energia vendida no mercado Spot (1.366 GWh no 9M14 ante 401 GWh no 9M13), somado ao maior preço dessa energia no submercado SE/CO (R\$ 676,16/MWh no 9M14 ante R\$ 252,68/MWh no 9M13). Vale ressaltar que o baixo volume de chuvas no 9M14 e o despacho de termoeletricas foram fatores determinantes para o aumento do preço da energia no curto prazo;
- Incremento de outros contratos bilaterais no montante de R\$9.206 (1.554 GWh no 9M14 ante 1.455 GWh no 9M13) devido à estratégia de comercialização da Companhia, que tem como objetivo aumentar a base de clientes livres;
- Venda de créditos de carbono para o Banco Mundial, no montante de R\$1.006, o que não ocorreu no 9M13, parcialmente compensado pela;
- Menor receita com energia vendida através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, representando uma redução de R\$12.878 ou 615 GWh, devido à sazonalidade do contrato, compensado pelo reajuste no preço médio praticado no período, que passou de R\$186,09/MWh no 9M13 para R\$198,96/MWh no 9M14;
- Redução de R\$15.684 na receita auferida no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), devido ao menor volume de energia nele vendido (190 GWh no 9M14 ante 1.672 GWh no 9M13);

Comentário do Desempenho

- Acréscimo nas despesas de Pis e Cofins, Pesquisa e Desenvolvimento e ICMS, no montante de R\$59.040, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da receita operacional bruta, conforme descrito acima.

4.2 Custos e despesas operacionais

	9M14	9M13	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(1.225.820)	(518.598)	(707.222)	136,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.117.938)	(401.029)	(716.909)	178,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(73.205)	(67.209)	(5.996)	8,9%
Taxa de fiscalização	(3.753)	(3.866)	113	-2,9%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(30.924)	(46.494)	15.570	-33,5%
Custo de operação	(259.623)	(253.775)	(5.848)	2,3%
Pessoal e administradores	(56.299)	(56.802)	503	-0,9%
Material e serviços de terceiros	(66.784)	(58.414)	(8.370)	14,3%
Entidade de previdência privada	(1.783)	(3.273)	1.490	-45,5%
Depreciação e amortização	(122.013)	(122.865)	852	-0,7%
Outros	(12.744)	(12.421)	(323)	2,6%
Total dos custos e despesas operacionais	(1.485.443)	(772.373)	(713.070)	92,3%

Em milhares de reais - Consolidado

4.2.1 Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica no 9M14 apresentaram um aumento de R\$707.222 ou 136,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$716.909 nos custos com energia comprada para revenda. Esse resultado é influenciado, principalmente, pelo maior preço de energia comprada no mercado Spot no 9M14, somado ao maior volume de energia comprada neste mercado (1.627 GWh no 9M14 ante 655 GWh no 9M13);
- Despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$5.996 ou 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste da usina de Água Vermelha e das demais usinas da Companhia, em particular as usinas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Bariri, cuja TUSDg sofreu reajuste médio de 9,0% em abril de 2014, parcialmente compensado pelas;
- Despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram redução de R\$15.570 ou 33,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao menor volume de energia gerada no período (5.572 GWh no 9M14 ante 9.007 GWh no 9M13), compensado pelo reajuste de 5,44% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R\$ 79,87/MWh desde janeiro de 2014.

Comentário do Desempenho

4.2.2 Custo de operação

No 9M14, os custos de operação apresentaram um aumento de R\$5.848 ou 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- Às despesas com material e serviços de terceiros, que tiveram aumento de R\$8.370 ou 14,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, no valor de R\$9.989 e às ações de manutenções civis e manutenções preventivas nas usinas no valor de R\$1.786, de acordo com o plano de manutenções, às ações ambientais de reflorestamento e arqueologia no valor de R\$2.951, relacionadas às compensações ambientais previstas na renovação das licenças das usinas em 2013, parcialmente compensado pela redução das despesas com consultorias e serviços prestados na área de tecnologia da informação para aprimoramentos e adequações de sistemas que suportam a estratégia de eficiência da Companhia, que totalizou R\$1.503;
- Redução de R\$ 1.490 ou 45,5% na despesa com previdência privada devido ao aumento da taxa de desconto, acompanhando a NTN-B de 4,0% no encerramento de 2012 para 6,5% no recálculo de dezembro de 2013.

4.3 Resultado financeiro

Impacto positivo no resultado financeiro em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo uma despesa de R\$36.436 no 9M14, comparado a uma despesa de R\$38.331 no 9M13, principalmente ocasionado:

- Pelo acréscimo da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$37.929 no 9M14 ante R\$23.955 no 9M13) devido ao aumento da taxa e rentabilidade média do CDI (rentabilidade média de 101,41% a.a. no 1S14 ante 99,64% a.a. no 9M13) e maior saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$489.186 no 9M14 ante 428.112 no 9M13), compensado pelo efeito positivo e não recorrente ocorrido no 9M13 referente ao recebimento de crédito com o Banco Santos no montante de R\$784;
- Efeito positivo nas variações monetárias e cambiais proveniente principalmente da menor variação dólar de 2014 em comparação a 2013, somado ao ajuste contábil de principal em moeda estrangeira referente ao processo judicial sobre o repasse de energia Itaipu (despesa de R\$458 no 9M14 ante uma despesa de R\$2.449 no 9M13), compensado pelo efeito positivo e não recorrente de reversão de processo judicial de PIS (conforme apresentado na nota explicativa nº 17.1 das informações trimestrais), cuja atualização representa um montante de R\$1.270, parcialmente compensado pelo;
- Aumento dos encargos de dívida (R\$95.614 no 9M14 ante R\$69.286 no 9M13), devido principalmente ao acréscimo da taxa média do CDI verificado no período (10,64% no 9MS14 ante 7,55% no 9M13), compensado parcialmente pelo aumento dos juros capitalizados no valor de R\$12.965, oriundo do maior saldo de imobilizações em curso no período.

Comentário do Desempenho

4.4 Lucro líquido

O lucro líquido no 9M14 foi de R\$525.485, representando uma redução de 19,3% ou R\$125.508 em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$650.993. Essa redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia está sediada no Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento na nota explicativa nº 10.

A Companhia vende para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física (vide informações adicionais na nota explicativa nº 23 (i)).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<u>Usinas Hidrelétricas (UHE)</u>				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</u>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		35	2.658	1.278

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW. Esses esforços estão evidenciados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão acima referida. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, assim como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade dos projetos mencionados acima.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar

Notas Explicativas

outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 550 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: i) o plano apresentado é consistente; ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estude alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes. Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, entretanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Notas Explicativas

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo e denominado Termo São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012. Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Em 14 de março de 2013 a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais. Em 27 de junho de 2013 o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais. Em 20 de agosto de 2013 a Defensoria Pública interpôs recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia, os quais ainda não foram julgados. Com relação ao processo principal, aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2015. A Licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo – Termo Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos de construção e compra do gás. O desenvolvimento do projeto Termo Araraquara, assim como da Termo São Paulo, depende

Notas Explicativas

da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 30 de setembro de 2014, a Companhia não firmou contrato de fornecimento de gás.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 27 de outubro de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão do Formulário de Informações Trimestrais – ITR, submetendo-o nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis individuais da controladora, identificadas como “Controladora” ou “Individuais”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam os investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das informações contábeis.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a seguinte controlada:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.09.2014	31.12.2013
Controlada direta:			
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração (Sem operação)	100%	100%

Todos os saldos e transações com a empresa consolidada são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a

Notas Explicativas

controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.22 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	871	377	875	388
Operações compromissadas (i)	8.299	83.839	8.299	83.839
CDB-DI (i)	13.953	24.193	13.953	24.193
Subtotal	23.123	108.409	23.127	108.420
Investimentos de curto prazo				
Operações compromissadas (i)	74.063	151.516	74.917	152.395
CDB-DI (i)	31.593	94.992	31.593	95.010
Fundo de investimentos (i)	93.090	100.902	93.090	100.902
Subtotal	198.746	347.410	199.600	348.307
Total	221.869	455.819	222.727	456.727

(i) O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2014 está representado por operações de CDB, fundos de investimentos e operações compromissadas (*) com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 101,44% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas em média a 100,27% do CDI.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos do fundo de investimentos eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas

5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Contratos bilaterais	19.190	17.563	19.190	17.563
MRE e Spot	-	11.893	-	11.893
Energia livre ⁽ⁱ⁾	13.075	13.075	13.075	13.075
Outros	4.646	8.200	4.646	8.200
Total	36.911	50.731	36.911	50.731

⁽ⁱ⁾ A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis e para os contratos bilaterais a garantia exigida é fiança bancária (vide nota explicativa nº 24.4 b.1).

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balço Patrimonial		Resultado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.529	2.164	(635)	(897)
Provisão de benefício a empregados	181	-	181	708
Provisão para processos fiscais	984	1.630	(646)	45
Provisão para processos trabalhistas	3.099	2.901	198	535
Provisão para processos cíveis	10.142	9.885	257	322
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	6.906	8.216	(1.310)	4.935
Provisões de meio ambiente	3.173	2.945	228	(685)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(515.734)	(542.538)	26.804	27.449
Ativo intangível - uso do bem público	(13.952)	(14.635)	683	682
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(925)	(925)	-	-
Outras	(13.558)	(11.259)	(2.299)	(2.695)
Subtotal	(518.155)	(541.616)	23.461	30.399
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(6.964)	(7.445)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			16.497	22.954
Tributos diferidos ativos	30.585	33.609		
Tributos diferidos passivos	(548.740)	(575.225)		
Passivo fiscal diferido, líquido	(518.155)	(541.616)		

Em 22 de janeiro de 2014, a Companhia submeteu para aprovação do Conselho de Administração e análise do Conselho fiscal o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. A Administração entende que o estudo aprovado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ainda é consistente com o seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2014, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Notas Explicativas

6.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado							
	01.07.2014 a 30.09.2014		01.01.2014 a 30.09.2014		01.07.2013 a 30.09.2013		01.01.2013 a 30.09.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:								
Corrente	27.151	9.685	(211.086)	(76.260)	(90.221)	(32.527)	(263.438)	(95.074)
Diferido	4.490	1.644	12.045	4.452	4.942	1.805	16.820	6.134
Despesa de imposto de renda e contribuição social	31.641	11.329	(199.041)	(71.808)	(85.279)	(30.722)	(246.618)	(88.940)
Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	(126.594)	(126.594)	796.334	796.334	340.739	340.739	986.551	986.551
Adições (exclusões):								
Doações	941	941	1.380	1.380	712	712	1.995	1.995
Outros	(348)	(222)	(532)	156	188	(100)	(56)	(322)
Subtotal	593	719	848	1.536	900	612	1.939	1.673
Base de cálculo	(126.001)	(125.875)	797.182	797.870	341.639	341.351	988.490	988.224
Alíquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	31.500	11.329	(199.296)	(71.808)	(85.410)	(30.722)	(247.123)	(88.940)
Incentivos Fiscais	135	-	243	-	125	-	487	-
Outros	6	-	12	-	6	-	18	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	31.641	11.329	(199.041)	(71.808)	(85.279)	(30.722)	(246.618)	(88.940)
Alíquota efetiva	25,0%	8,9%	25,0%	9,0%	25,0%	9,0%	25,0%	9,0%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a Medida Provisória nº 627, a qual foi convertida na Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 (publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014).

Todos esses normativos legais (i) alteraram a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; (ii) revogaram o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei n 11.941, de 27 de maio de 2009, (iii) trataram da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e (iv) definiram que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

A Companhia, amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos da aplicabilidade da legislação até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas informações contábeis. Diante disso, a Companhia optou pela não

Notas Explicativas

aplicação dos efeitos da Lei 12.973/14 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75. Portanto, os impactos dessa Lei deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda	43.239	16	43.239	20
Contribuição social	25.962	7	25.962	7
Imposto de renda retido na fonte	10.036	8.982	10.060	8.996
Total	79.237	9.005	79.261	9.023
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS	3.009	2.645	3.009	2.645
COFINS	13.859	12.186	13.859	12.186
Outros tributos	35	134	35	134
Total	16.903	14.965	16.903	14.965
Total circulante	96.140	23.970	96.164	23.988
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS	791	791	791	791
Total não circulante	791	791	791	791

Notas Explicativas

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda	211.134	289.956	211.134	289.959
Contribuição social	76.278	97.752	76.278	97.754
Total	287.412	387.708	287.412	387.713
<u>Outros tributos a pagar</u>				
Federais:				
PIS	1.408	1.135	1.408	1.135
COFINS	6.498	5.236	6.498	5.236
INSS	277	914	277	914
IRRF	173	229	173	229
Outros tributos	587	438	587	438
Subtotal - Federais	8.943	7.952	8.943	7.952
Estaduais:				
ICMS	212	228	212	228
Subtotal - Estaduais	212	228	212	228
Municipais:				
ISS	325	541	325	541
Subtotal - Municipais	325	541	325	541
Total - Outros tributos a pagar	9.480	8.721	9.480	8.721

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

Notas Explicativas

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Circulante				
Cauções e depósitos vinculados (i)	35.466	548	35.466	548
Alienação de bens e direitos	626	626	626	626
Adiantamento de debêntures (ii)	7.130	-	7.130	-
Outros	299	331	300	331
Total	43.521	1.505	43.522	1.505
Não circulante				
Banco Santos	12.609	12.609	12.609	12.609
Outros	57	-	57	-
Total	12.666	12.609	12.666	12.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco Santos	(12.609)	(12.609)	(12.609)	(12.609)
Saldo líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa	57	-	57	-

- (i) Em 30 de setembro de 2014, o saldo desta conta é representado principalmente por garantias para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no montante de R\$34.896.

Adicionalmente, a Companhia contratou 22 cartas de fiança e seguros garantia, totalizando uma importância segurada de R\$ 235.030, com custo de 0,55% a 1,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e Spot (vide nota explicativa nº 12).

- (ii) De acordo com o contrato de prestação de serviços de escrituração de debêntures firmado com o Itaú Corretora de Valores S.A., a Companhia deve transferir 40% do valor total de juros e/ou principal a ser pago como antecipação um dia útil antes do vencimento contratual. Quando do vencimento contratual o Itaú realizará o pagamento aos titulares das debêntures. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014, a Companhia realizou um adiantamento de juros no montante de R\$7.130 cujo vencimento contratual ocorreu em 01 de outubro de 2014.

9. Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no

Notas Explicativas

resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.09.2014			31.12.2013
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(586.772)	392.566	(194.206)	(188.061)
Subtotal	221.532	(148.998)	72.534	78.679
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(54.071)	35.687	(18.384)	(17.565)
Subtotal	28.349	(18.710)	9.639	10.458
Saldos em cada data-base	249.881	(167.708)	82.173	89.137

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	89.137
Amortização	(21.176)
Reversão	14.212
Saldo em 30 de setembro de 2014	82.173

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia registrou R\$6.964 de benefício fiscal do ágio (R\$7.445 em 30 de setembro de 2013), conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.1.

10. Investimentos

	Controladora	
	30.09.2014	31.12.2013
Investimento em controlada:		
AES Rio PCH Ltda.	1.533	1.580
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	3.860	3.907

Notas Explicativas

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento abaixo:

AES Rio

	30.09.2014	31.12.2013
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.533	1.580
Lucro (Prejuízo) do período	(47)	25

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW.

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto por meio de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na sua execução, foi constatada a baixa probabilidade de retorno. Consequentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil dos terrenos onde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização. As autorizações das três PCHs foram revogadas pela ANEEL.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado				
30.09.2014				31.12.2013
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:				
Terrenos	-	407.783	-	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	2.829.265	(1.553.941)	1.275.324
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	640.148	(422.816)	217.332
Máquinas e equipamentos	3,7%	1.449.350	(568.693)	880.657
Veículos	13,0%	7.271	(3.149)	4.122
Móveis e utensílios e outros	6,9%	4.533	(2.852)	1.681
Imobilizado em serviço		5.338.350	(2.551.451)	2.786.899
Imobilizado em curso (I)		364.627	-	364.627
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Bens vinculados à concessão		5.700.295	(2.551.451)	3.148.844
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.007	(674)	333
Total Imobilizado – Controladora		5.701.302	(2.552.125)	3.149.177
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000
Total Imobilizado – AES Rio		3.000	-	3.000
Total Consolidado		5.704.302	(2.552.125)	3.152.177
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço		5.339.357	(2.552.125)	2.787.232
Imobilizado em curso (I)		367.627	-	367.627
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado		5.704.302	(2.552.125)	3.152.177

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é como segue:

Custo	Terras	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.783	2.823.409	639.844	1.381.074	7.384	5.292	300.977	(2.682)	5.563.081	3.000	5.566.081
Adições	-	-	-	-	-	197	138.425	-	138.622	-	138.622
Baixas	-	-	-	-	(401)	-	-	-	(401)	-	(401)
Transferências	-	5.856	304	68.276	288	51	(74.775)	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	407.783	2.829.265	640.148	1.449.350	7.271	5.540	364.627	(2.682)	5.701.302	3.000	5.704.302

Depreciação acumulada	Terras	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(1.483.854)	(412.737)	(529.856)	(2.940)	(3.213)	-	-	(2.432.600)	-	(2.432.600)
Adições	-	(70.087)	(10.079)	(38.837)	(610)	(313)	-	-	(119.926)	-	(119.926)
Baixas	-	-	-	-	401	-	-	-	401	-	401
Saldo em 30 de setembro de 2014	-	(1.553.941)	(422.816)	(568.693)	(3.149)	(3.526)	-	-	(2.552.125)	-	(2.552.125)

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, sendo em 30 de setembro de 2014 o equivalente a R\$3.148.844 (R\$3.130.215 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com a Eletropaulo. Vide nota explicativa nº 23.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de

Notas Explicativas

peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Conforme a subcláusula 2ª da Cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não se aplicam integralmente, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi integralmente pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(32.140)	(30.131)	(32.140)	(30.131)
Total do ativo intangível - uso do bem público	41.034	43.043	41.034	43.043
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	45.784	42.722	45.784	42.722
Amortização	(8.344)	(6.258)	(8.344)	(6.258)
Total dos outros intangíveis	37.440	36.464	37.440	36.464
Total intangível	78.474	79.507	78.474	79.507

Notas Explicativas

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado			
	Uso do Bem Público	Em curso	Em serviço	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.043	19.319	17.145	79.507
Amortização	(2.009)	-	(2.087)	(4.096)
Adição	-	3.063	-	3.063
Saldo em 30 de setembro de 2014	41.034	22.382	15.058	78.474

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre (i)	461.520	17.601	461.520	17.601
Uso do sistema de transmissão - TUST	7.845	6.190	7.845	6.190
Uso dos sistemas de distribuição- TUSDg	1.958	1.899	1.958	1.899
Materiais e serviços	38.459	78.958	38.483	78.975
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota nº 23)	213	166	213	166
Total	509.995	104.814	510.019	104.831

- (i) O saldo de R\$ 461.520 é decorrente do maior custo com compra de energia, especificamente no mercado de curto prazo, em função do aumento do volume de compra de energia neste mercado e aumento do preço do PLD médio, o qual foi impactado pelo cenário hidrológico desfavorável verificado no período. O saldo apresentado é composto pelas compras ocorridas no mercado nos meses de agosto e setembro.

Notas Explicativas

13. Debêntures e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	30.09.2014							
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	17.680	300.060	(276)	317.464	-	-	-	
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	21.637	-	(403)	21.234	498.000	(1.209)	496.791	
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	795	-	(194)	601	300.000	(865)	299.135	
Subtotal			40.112	300.060	(873)	339.299	798.000	(2.074)	795.926	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (d)		8,40 a 13,90	-	179	-	179	190	-	190	
Subtotal			-	179	-	179	190	-	190	
Total da dívida			40.112	300.239	(873)	339.478	798.190	(2.074)	796.116	

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.12.2013							
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	15.221	299.970	(609)	314.582	300.060	(160)	299.900	
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	5.758	-	(379)	5.379	498.000	(1.511)	496.489	
Subtotal			20.979	299.970	(988)	319.961	798.060	(1.671)	796.389	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (d)		8,40 a 13,90	-	206	-	206	120	-	120	
Subtotal			-	206	-	206	120	-	120	
Total da dívida			20.979	300.176	(988)	320.167	798.180	(1.671)	796.509	

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

13.2 As principais características dos contratos de debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		299.970	Abril de 2013
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970
		300.060	Abril de 2015

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

- (b) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		165.983	Maio de 2017
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
		166.034	Maio de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia (“Notas Comerciais”), no valor de R\$ 503.957, com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais.

- (c) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

Notas Explicativas

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	100.000
			100.000
			100.000
			Março de 2018
			Março de 2019
			Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

- (d) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 30 de setembro de 2014, registrado pela Companhia era de R\$369 no passivo (R\$326 em 31 de dezembro de 2013), e R\$333 (R\$266 em 31 de dezembro de 2013) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$333 em 30 de setembro de 2014 (R\$266 em 31 de dezembro de 2013).

13.3 Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2015	-	31	(158)
2016	-	89	(667)
2017	165.983	46	(612)
2018	265.983	24	(426)
2019	266.034	-	(186)
2020	100.000	-	(25)
	798.000	190	(2.074)

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, conforme demonstrado abaixo:

	30.09.2014	31.12.2013
CDI ⁽ⁱ⁾	10,81%	9,77%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do período

Notas Explicativas

13.5 A movimentação das debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2013						30.09.2014
Debêntures - 1ª Emissão	614.482	-	34.803	(332.314)	-	493	317.464
Debêntures - 2ª Emissão	501.868	-	41.738	(25.859)	-	278	518.025
Debêntures - 3ª Emissão	-	300.000	18.168	(17.373)	(1.149)	90	299.736
Subtotal	1.116.350	300.000	94.709	(375.546)	(1.149)	861	1.135.225
Arrendamento financeiro	326	197	44	(198)	-	-	369
Subtotal	326	197	44	(198)	-	-	369
Total	1.116.676	300.197	94.753	(375.744)	(1.149)	861	1.135.594

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros no contrato das debêntures.

Em 30 de setembro de 2014, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento bruto): mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de debêntures, este índice deve ser inferior a 2,5 vezes. Em 30 de setembro de 2014 este índice era de 0,9 vezes;
- (ii) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 2ª e 3ª emissões de debêntures, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 30 de setembro de 2014 este índice era de 0,7 vezes;
- (iii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures, este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 30 de setembro de 2014 este índice era de 10,5 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por um trimestre, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2014 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado – corresponde ao resultado do serviço da Companhia dos últimos doze meses, conforme apresentado no demonstrativo de resultado,

Notas Explicativas

excluindo todos os montantes de depreciação e amortização e despesas com entidade de previdência privada.

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Férias	6.103	5.761	6.103	5.761
13º Salário	2.334	-	2.334	-
Encargos sociais sobre férias	3.046	2.004	3.046	2.004
Participação nos lucros	4.496	6.364	4.496	6.364
Bônus	1.503	1.523	1.503	1.523
Total Circulante	17.482	15.652	17.482	15.652
Bônus	157	362	157	362
Total Não Circulante	157	362	157	362

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais *déficits* (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12.

Notas Explicativas

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado, que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2013.

As despesas reconhecidas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	30.09.2014	30.09.2013
Custo dos serviços correntes	1.380	2.612
Custo dos juros	20.726	20.492
Rendimento esperado dos ativos do plano	(20.820)	(20.306)
Total das despesas de benefício definido	1.286	2.798
Outras contribuições	497	475
Total das despesas no período	1.783	3.273

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	30.09.2014
Saldo inicial	-
Despesa do período conforme laudo atuarial	1.286
Pagamento de contribuições	(753)
Saldo final	533

Notas Explicativas

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	10.168	9.668
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	1.526	846
Ministério de Minas e Energia	763	423
Total - Circulante	12.457	10.937
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	6.784	1.362
Total - Não circulante	6.784	1.362
Total - Circulante e não circulante	19.241	12.299

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	31.12.2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos e aplicações	30.09.2014
Pesquisa e desenvolvimento	11.030	9.272	905	(4.255)	16.952
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	846	9.272	-	(8.592)	1.526
Ministério das Minas e Energia	423	4.639	-	(4.299)	763
Total	12.299	23.183	905	(17.146)	19.241

Notas Explicativas

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Trabalhista (a)	9.115	8.533	4.661	2.978
Pis (b)	-	2.052	-	-
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	15.286	14.828	-	-
Provisão meio ambiente (d)	9.332	8.661	-	-
Cível Despacho 288 (e)	27.853	27.265	-	-
Cível	1.977	1.809	-	-
Compensações IRPJ e CSLL (f)	4.950	4.794	-	-
Total	68.513	67.942	4.661	2.978
Total circulante	11.926	11.167	-	-
Total não circulante	56.587	56.775	4.661	2.978

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 5.140 (R\$ 6.476 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2014	31.12.2013
Processos prováveis	4.661	2.978
Processos remotos	479	3.498
Total	5.140	6.476

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2013	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	30.09.2014
Trabalhista	8.533	2.152	511	-	(2.081)	9.115
Pis	2.052	-	6	(2.058)	-	-
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	14.828	-	1.424	(966)	-	15.286
Provisão meio ambiente	8.661	12	659	-	-	9.332
Cível Despacho 288	27.265	-	588	-	-	27.853
Cível	1.809	-	238	(70)	-	1.977
Compensações IRPJ e CSLL	4.794	-	156	-	-	4.950
Total - Consolidado	67.942	2.164	3.582	(3.094)	(2.081)	68.513

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está

Notas Explicativas

fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas a seguir.

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca 134 processos (123 processos em 31 de dezembro de 2013) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- (b) A Companhia propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Em que pese o fato da decisão de mérito ter sido proferida em novembro de 2000, a discussão relativa ao montante a ser levantado permaneceu em curso até o início de janeiro de 2014, ocasião em que foi autorizado e efetuado o levantamento integral dos valores. Dessa forma, a Companhia reverteu o montante atualizado de R\$ 2.058 (R\$788 de provisão e R\$1.270 de atualização). Registre-se que, apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, em 31 de dezembro de 2013 existia uma provisão correspondente ao valor de R\$ 2.052.
- (c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2009 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 15.286 (R\$14.828 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
 - (d.1) Existem 340 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se

Notas Explicativas

deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 283 demandas, já que as demais 57 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.716 (R\$ 1.703 em 31 de dezembro de 2013).

- (d.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. No Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em duas contas-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 30 de setembro de 2014 o montante de R\$569 (R\$548 em 31 de dezembro de 2013).
- (d.3) Em 2002, a Companhia celebrou um convênio (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. Nesse Termo de Compromisso, a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação no montante original de R\$ 4.402, sendo já realizados pagamentos no montante de R\$ 1.232, conforme solicitação das unidades de conservação. O saldo remanescente atualizado até 30 de setembro de 2014 corresponde a R\$ 7.047 (R\$ 6.410 em 31 de dezembro de 2013).
- (e) Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora à credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora à

Notas Explicativas

devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de julho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia está recorrendo desta decisão ainda em segunda instância e na presente data aguarda-se o julgamento do recurso. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2014 corresponde a R\$ 27.853 (R\$27.265 em 31 de dezembro de 2013).

- (f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 (quatro) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão de o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$125.714 (R\$ 127.752 até dezembro de 2013) envolvidos na discussão, apenas R\$4.950 (R\$4.794 até dezembro de 2013) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	Controladora
	30.09.2014	31.12.2013
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	120.764	122.958
(c) Auto de infração - Ágio	120.741	117.848
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.561	6.344
(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados	Não determinado	Não determinado
(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	37.353	29.941

Além dos processos apresentados acima, a Companhia também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termo São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

Notas Explicativas

(a) Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 4 (quatro) compensações administrativas de IRPJ e CSLL.

De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$125.714 (R\$127.752 em 31 de dezembro de 2013) envolvidos na discussão, R\$120.764 (R\$122.958 em dezembro de 2013) são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$120.741 atualizado até 30 de setembro de 2014 (R\$117.848 em 31 de dezembro de 2013). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2014 é de R\$6.561 (R\$6.344 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados

O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.

Em 05 de setembro de 2013 a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. Em 24 de julho de 2014 foram deferidos os pedidos da Liminar requerida pelo Ministério Público Federal, determinando: (i) que os réus Companhia e Estado de SP sejam integrados à Força Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado, bem como (ii) que todos os réus (Companhia, União, IBAMA e Estado de São Paulo) façam a identificação das áreas com potencial invasão do molusco, o mapeamento e monitoramento das áreas já contaminadas mediante identificação com placas informativas, e promovam na mídia informações sobre medidas para evitar a proliferação do molusco. Em 18 de agosto de 2014 a Companhia apresentou recurso contra a liminar concedida ao Ministério Público Federal. Em 15 de setembro de 2014, o Tribunal suspendeu a decisão liminar até a conclusão de estudo sobre impactos e medidas envolvendo os mexilhões dourados em outra ação judicial na qual Companhia não é parte (Reservatório Ilha Solteira), oportunidade em que o Tribunal avaliará eventuais medidas aplicáveis à Companhia/Reservatório Água Vermelha. A classificação de risco da ação, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, é de perda possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

- (f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

A liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nessa liminar e no parecer jurídico conquistado pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$ 37.353 (R\$ 29.941 em 31 de dezembro de 2013), referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 30 de setembro de 2014.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia contratou 2 cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, totalizando uma importância segurada de R\$ 1.368, com custo de 0,40% a 1,40% a.a. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações

Notas Explicativas

correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social integralizado da Companhia era de R\$207.227, o qual está representado por 381.253.493 ações, sendo 197.461.211 ações ordinárias e 183.792.282 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e não têm direito a voto, possuindo, entretanto: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota explicativa nº 9 e 18.2 (a) a seguir; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Acionistas	30.09.2014		31.12.2013	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	140.882.909	71,35%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08%	150.534	0,08%
Outros	56.427.768	28,57%	56.427.768	28,57%
Total das ações	197.461.211	100,00%	197.461.211	100,00%

Acionistas	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Companhia Brasileira de Energia	59.447.111	32,34%	59.447.111
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38%	30.107.688	16,38%
Outros	94.237.483	51,28%	94.237.483	51,28%
Total das ações	183.792.282	100,00%	183.792.282	100,00%

Notas Explicativas

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	30.09.2014	31.12.2013
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.782	1.719
Total	254.146	254.083
<u>Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	1.001.135	1.053.164
Plano de previdência privada - ganhos e perdas atuariais (c.2)	1.795	1.795
Total	1.002.930	1.054.959
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (d)	41.445	41.445
Total	41.445	41.445
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>		
Total	-	226.095
	-	226.095

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.
- (c) Em 30 de setembro de 2014 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho ou perda atuarial do plano de pensão.
- (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na

Notas Explicativas

data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

- (c.2) Outros resultados abrangentes relacionado ao ganho atuarial do plano de pensão apresenta um saldo de R\$1.795 (perda atuarial de R\$1.795 em 31 de dezembro de 2013), líquidos de imposto de renda e contribuição social. O reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1).
- (d) Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

18.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2013, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$226.095, correspondente a R\$0,56576 por ação ordinária e R\$0,62233 por ação preferencial. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 15 de maio de 2014. Adicionalmente, foi aprovada a data do pagamento dos juros sobre o capital próprios relativos ao exercício de 2013, que também ocorreu em 15 de maio de 2014, no montante de R\$22.363 correspondente a R\$0,05596 por ação ordinária e R\$0,06155 por ação preferencial.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$254.103 correspondente a R\$0,63584 por ação ordinária e R\$0,69942 por ação preferencial. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$389.686 correspondente a R\$0,97510 por ação ordinária e R\$1,07262 por ação preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2014.

19. Lucro (Prejuízo) por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada a favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2014, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,92%.

19.2 Demonstração do cálculo do lucro (prejuízo) por ação

Os dados de lucro (prejuízo) por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18.1, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro (prejuízo) por ação nas tabelas a seguir contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013.

Notas Explicativas

	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Numerador:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(83.624)	525.485	224.738	650.993
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	(0,2093)	1,3149	0,5624	1,6290
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial	(0,2302)	1,4464	0,6186	1,7919

(i) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2014 a 30.09.2014	(41.319)	(42.305)	(83.624)
01.01.2014 a 30.09.2014	259.646	265.839	525.485
01.07.2013 a 30.09.2013	111.045	113.693	224.738
01.01.2013 a 30.09.2013	321.660	329.333	650.993

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) diluído por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013:

	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Numerador:				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(83.624)	525.485	224.738	650.993
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	204.975	204.975	204.975	204.975
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	188.994	188.994	188.994	188.994
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) diluído por ação ordinária	(0,2025)	1,2728	0,5443	1,5768
Lucro (Prejuízo) diluído por ação preferencial	(0,2228)	1,4000	0,5988	1,7344

- (i) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de setembro de 2014.

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2014 a 30.09.2014	(41.516)	(42.108)	(83.624)
01.01.2014 a 30.09.2014	260.885	264.600	525.485
01.07.2013 a 30.09.2013	111.575	113.163	224.738
01.01.2013 a 30.09.2013	323.195	327.798	650.993

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	01.07.2014 a 30.09.2014		01.01.2014 a 30.09.2014		01.07.2013 a 30.09.2013		01.01.2013 a 30.09.2013	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Geração própria e outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	3.206.392	660.257	7.889.433	1.569.657	2.614.125	506.685	8.504.030	1.582.535
Contratos bilaterais	511.821	59.457	1.553.728	175.717	483.866	52.553	1.454.955	166.511
MRE e Spot	472.605	134.815	1.555.794	737.841	771.614	95.828	2.072.672	155.033
Créditos de carbono	-	-	-	1.006	-	-	-	-
Outras receitas	-	40	-	226	-	317	-	370
Receita operacional bruta – Controladora	4.190.818	854.569	10.998.955	2.484.447	3.869.605	655.383	12.031.657	1.904.449
Pesquisa e desenvolvimento	-	(8.040)	-	(23.183)	-	(6.165)	-	(17.973)
PIS e Cofins	-	(42.025)	-	(141.692)	-	(32.200)	-	(87.404)
ICMS	-	(520)	-	(1.354)	-	(521)	-	(1.807)
ISS	-	(5)	-	(5)	-	(9)	-	(10)
Receita operacional líquida – Controladora	4.190.818	803.979	10.998.955	2.318.213	3.869.605	616.488	12.031.657	1.797.255
Energia elétrica comprada e encargos:								
Contratos bilaterais	559.609	(68.551)	1.662.688	(193.123)	557.333	(64.621)	1.584.508	(185.243)
MRE e Spot	2.389.997	(760.504)	3.840.208	(974.381)	186.005	(86.314)	1.614.534	(259.301)
Encargos de transmissão	-	(25.880)	-	(71.907)	-	(22.452)	-	(65.972)
Encargos de conexão	-	(449)	-	(1.298)	-	(419)	-	(1.237)
PIS e Cofins	-	33.440	-	49.566	-	15.451	-	43.515
Total – Controladora	2.949.606	(821.944)	5.502.896	(1.191.143)	743.338	(158.355)	3.199.042	(468.238)

Notas Explicativas

21. Outras receitas e custos

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Doações	(430)	(1.350)	(712)	(1.995)	(430)	(1.350)	(712)	(1.995)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(676)	(2.009)	(675)	(2.008)	(676)	(2.009)	(675)	(2.008)
Seguros	(1.779)	(5.799)	(2.096)	(6.356)	(1.779)	(5.799)	(2.096)	(6.356)
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	113	425	-	-	113	425	-	-
Indenização de sinistro - Usina Limoeiro	-	3.490	-	762	-	3.490	-	762
Outros custos	(1.620)	(4.746)	(1.641)	(4.220)	(1.622)	(4.781)	(1.644)	(4.249)
Total	(4.392)	(9.989)	(5.124)	(13.817)	(4.394)	(10.024)	(5.127)	(13.846)

22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Receitas financeiras								
Renda de aplicações financeiras	15.531	37.865	11.676	23.907	15.554	37.929	11.696	23.955
Recebimento banco santos - nota nº 8	-	-	-	784	-	-	-	784
Outras	107	151	311	414	107	151	311	415
Total	15.638	38.016	11.987	25.105	15.661	38.080	12.007	25.154
Despesas financeiras								
Encargos de dívidas	(34.067)	(95.614)	(26.937)	(69.286)	(34.067)	(95.614)	(26.937)	(69.286)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso (i)	7.126	23.939	4.705	10.974	7.126	23.939	4.705	10.974
Cartas de fiança e seguros garantia	(471)	(626)	(145)	(257)	(471)	(626)	(145)	(257)
Outras	(870)	(1.487)	(389)	(1.253)	(870)	(1.487)	(390)	(1.164)
Total	(28.282)	(73.788)	(22.766)	(59.822)	(28.282)	(73.788)	(22.767)	(59.733)
Variáveis monetárias e cambiais, líquidas								
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota nº 17.1	(2.298)	(458)	(189)	(2.449)	(2.298)	(458)	(189)	(2.449)
Pesquisa e desenvolvimento	(378)	(905)	(187)	(506)	(378)	(905)	(187)	(506)
Depósitos vinculados	86	214	68	220	86	214	68	220
PIS - nota nº 17.1	-	1.270	-	-	-	1.270	-	-
Outras	(573)	(849)	(431)	(1.017)	(573)	(849)	(431)	(1.017)
Total	(3.163)	(728)	(739)	(3.752)	(3.163)	(728)	(739)	(3.752)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 12% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (9% a.a. em 31 de dezembro de 2013), sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20.

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços Tc Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

Notas Explicativas

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 63% (83% em 30 de setembro de 2013) do seu faturamento bruto.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Ativo		
Contas a receber:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	291.214	228.354
	291.214	228.354
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (iii) (nota nº 12)	116	95
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iv) (nota nº 12)	97	71
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Companhia Brasileira de Energia	-	9.811
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	27.853	27.265
	28.066	37.242
	30.09.2014	30.09.2013
Resultado		
Receita operacional líquida:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota nº 20)	1.569.657	1.582.535
AES Uruguaiana - Prestação de serviços (ii)	143	287
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (iii)	(78)	(75)
Outras receitas e custos:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iv)	(809)	(735)
Variações monetárias:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	(588)	(739)
	1.568.325	1.581.273

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é de R\$198,96/MWh (30 de setembro de 2013 - R\$186,09/MWh).

Notas Explicativas

- (ii) Refere-se ao contrato de prestação de serviços referente à cessão de mão de obra pela Companhia para a AES Uruguaiana.
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.
- (iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária). Este contrato inclui o valor de aluguel mensal, reembolso de seguro, IPTU e condomínio proporcionais à área sublocada, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado			
	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Benefícios de curto prazo (a)	899	2.721	951	3.676
Benefícios pós-emprego (b)	41	124	47	168
Outros benefícios de longo prazo (c)	-	-	62	179
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	80	80
Pagamento baseado em ações (d)	20	63	73	200
Total	960	2.908	1.213	4.303

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation, não havendo ônus para a Companhia.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

Notas Explicativas

- d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

30.09.2014			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	23.127	23.127	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	199.600	199.600	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	36.911	36.911	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	291.214	291.214	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	5.140	5.140	Empréstimos e recebíveis
Total	555.992	555.992	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	510.019	510.019	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.135.225	1.134.373	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	369	369	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.820	2.820	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.648.433	1.647.581	
31.12.2013			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	108.420	108.420	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	348.307	348.307	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	50.731	50.731	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	228.354	228.354	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	6.476	6.476	Empréstimos e recebíveis
Total	742.288	742.288	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	104.831	104.831	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.116.350	1.118.620	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	326	326	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.438	21.438	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.242.945	1.245.215	

Notas Explicativas

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica “debêntures”, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

Notas Explicativas

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2014			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	23.127	875	22.252	-
Investimentos de curto prazo	199.600	-	199.600	-
Total - Ativo	222.727	875	221.852	-

	31.12.2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	108.420	388	108.032	-
Investimentos de curto prazo	348.307	-	348.307	-
Total - Ativo	456.727	388	456.339	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

Notas Explicativas

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro áreas: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho de Administração e Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a Eletropaulo, consumidores livres, comercializadoras e geradoras principalmente por contratos bilaterais ou mercado de curto prazo. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Nos contratos bilaterais, a Companhia exige em garantia fiança bancária. Para o mercado curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% ou 25% do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido (PL) da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de 3% a 5% de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2014 é a seguinte:

Consolidado	30.09.2014
Caixa e equivalentes de caixa	23.127
Investimentos de curto prazo	199.600
Consumidores e revendedores	36.911
Contas a receber de partes relacionadas	291.214
Total da exposição	550.852

(b.2) Risco de Liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Período findo em 30 de setembro de 2014	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	510.019	-	-	-	-
Debêntures	47.412	352.128	90.813	937.393	105.681
Arrendamento financeiro	56	123	105	85	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.820	-	-	-	-
Total	560.307	352.251	90.918	937.478	105.681

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 30 de setembro de 2014.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e sua controlada incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

A Companhia monitora constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda da Companhia.

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 0,79% a 1,20% ao ano, assim como debêntures remuneradas a 108,20% do DI. Conseqüentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de setembro de 2014.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações contábeis é:

Consolidado	30.09.2014
Equivalentes de caixa	22.252
Investimentos de curto prazo	199.600
Debêntures - 1ª Emissão	(317.740)
Debêntures - 2ª Emissão	(519.637)
Debêntures - 3ª Emissão	(300.795)
Total da exposição líquida	(916.320)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de setembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano						
			Taxa de juros	Posição em 30.09.2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI					5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%
Equivalentes de caixa	CDI	22.252	1.257	1.885	2.512	3.140	3.769		
Investimentos de curto prazo	CDI	199.600	11.277	16.906	22.535	28.164	33.812		
Subtotal			221.852	12.534	18.791	25.047	31.304	37.581	

Dívidas - Consolidado			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano						
			Taxa de juros	Posição em 30.09.2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI					5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(317.740)	(21.981)	(31.048)	(40.116)	(49.184)	(58.284)		
Debêntures - 2ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(519.637)	(33.697)	(48.466)	(63.236)	(78.005)	(92.827)		
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(300.795)	(19.937)	(28.498)	(37.059)	(45.620)	(54.211)		
Subtotal			(1.138.172)	(75.615)	(108.012)	(140.411)	(172.809)	(205.322)	
Total da exposição líquida			(916.320)	(63.081)	(89.221)	(115.364)	(141.505)	(167.741)	

(b.4.2) Risco de preço

- (i) O preço da energia elétrica vendida da Companhia para a Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 - R\$198,96/MWh e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 - R\$186,09/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e tem anuência da ANEEL. Desde 2006 quase toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Notas Explicativas

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a Eletropaulo. O objetivo é aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre, com uma participação representativa até 2016. A intenção da Companhia é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

- (ii)Eventuais sobras ou faltas de energia são ajustadas por meio do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, ou liquidadas no mercado de curto prazo; tais operações são efetuadas por meio da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Quando a geração de todo MRE for inferior à garantia física, o déficit de geração é rateado proporcionalmente à garantia física dos participantes do MRE. No caso de nova alocação da garantia física, o déficit de geração no MRE resulta em exposições ao PLD.

(b.4.3)Risco de recontratação de energia

A Companhia pode ser afetada de forma adversa caso não consiga a partir de 2016 recontratar a totalidade de energia hoje vendida à Eletropaulo. Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e a Eletropaulo, a Companhia vende a quase totalidade de sua garantia física à Eletropaulo até 31 de dezembro de 2015. Caso a Companhia, a partir de 2016, não consiga recontratar a totalidade da sua garantia no mercado livre, poderá sofrer efeito relevante e adverso na condução dos seus negócios, que resulte na queda das suas receitas, impacto negativo no seu resultado e em sua condição financeira.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico, bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de concessão, e que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

(c.2) Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, o qual a Companhia está inserida. Este mecanismo tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no país é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia.

Caso as condições hidrológicas sejam desfavoráveis e a soma da energia gerada pelas usinas for menor que a garantia física do SIN, é realizada uma nova alocação mensal da garantia física de todos os participantes do MRE, efeito conhecido como rebaixamento da garantia física, resultando na exposição no mercado spot.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal pode implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços de energia, podendo impactar, conseqüentemente, o resultado financeiro da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades.

Notas Explicativas

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, implica redução do consumo das operações da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial afeta os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que por sua vez implica na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco de meio ambiente

A instalação e operação de empreendimentos voltados à atividade de geração de energia elétrica, tais como as usinas hidrelétricas, utilizam recursos naturais e podem causar impactos ambientais.

A legislação ambiental brasileira em vigor estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. A Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001, com vistas a mitigar os impactos ambientais de

Notas Explicativas

suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle.

(c.6) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui uma obrigação, prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, cujo descumprimento poderá acarretar advertência, e/ou suspensão da participação da Companhia em licitações estaduais e, ainda, ação judicial como a movida pelo Governo do Estado de São Paulo. O detalhamento das ações judiciais relacionadas à obrigação de expansão está divulgado na nota explicativa nº 1.

25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e sua controlada são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de sua controlada.

26. Seguros

Em 30 de setembro de 2014, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2014	01/04/2015	2.400.000
Vida em grupo	01/01/2014	01/01/2015	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2014	01/04/2015	30.000
Frota veículos - RCF	01/04/2014	01/04/2015	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2014	01/04/2015	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2014	01/04/2015	100.000

Notas Explicativas

27. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 30 de setembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2014.

Barueri, 27 de outubro de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente

Diretora de Assuntos Regulatórios

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora de Performance e Serviços

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2014.

Barueri, 27 de outubro de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente

Diretora de Assuntos Regulatórios

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora de Performance e Serviços

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade